



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - Campus Diadema
Departamento de Ciências Exatas e da Terra
Rua Prof. Arthur Riedel, 275
Bairro Eldorado – CEP 09972-270
Diadema, SP – Brasil

CENTRO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DA ESCOLA BÁSICA – CAMPUS DIADEMA – UNIFESP

Projeto de Criação

Uma elaboração do Grupo de Idealizadores e Fundadores do Centro

Coordenação: Profa. Dra. Verilda Speridião Kluth

Participantes:

Profa. Dra. Itale Cericato

Profa. Dra. Eliane de Souza Cruz

Prof. Dr. Flaminio Rangel de Oliveira

Profa. Dra. Maria Nizete de Azevedo

Profa. Dra. Marilena Rosalen

Profa. Dra. Paola Andrea Gaviria Kassama

Prof. Dr. Sérgio Stoco

Profa. Dra. Silvana Zajac



<u>INDICE</u>	Página
<u>Palavras iniciais</u>	2
<u>I- Introdução</u>	2
<u>II - Relevância da temática Formação de Educadores/Professores</u>	3
• Aspectos históricos/profissionais da formação de educadores /Professores	3
• Aspectos da Política Educacional atual da e para a formação de educadores.	8
• Aspectos da Formação de professores no PDI da UNIFESP	13
<u>III - Missão do Centro de Formação de Educadores da Escola Básica</u>	14
<u>IV - Objetivos Gerais</u>	14
<u>V -Objetivos Específicos</u>	15
<u>VI – Ações a serem realizadas para alcançar os objetivos propostos</u>	16
<u>VII – Metodologias das ações a serem realizadas para atingirmos os objetivos</u>	17
<u>VIII - Ações desenvolvidas até a atualidade</u>	17
<u>IX - Da organização acadêmica e administrativa</u>	18
• Organograma	18
• Da natureza e Composição do CEFE	18
• Das funções do Conselho do CEFE	20
• Da composição e funções da Comissão Científica do CEFE	20
• Da composição e funções da Comissão Administrativo-financeira	21
• Da composição e funções da Comissão de Infraestrutura do CEFE	21
▪ Do regulamento do LIFE	21
<u>X - Levantamento de Necessidades</u>	
• Do Recurso Humano	21
• Do Recurso Tecnológico	22
• Dos Recursos Administrativos e de outros setores	23
• Dos Recursos Materiais	23
<u>XI – Equipe da Primeira Gestão</u>	24
<u>Referências Bibliográficas</u>	24
Anexo I	26
Anexo II	26
Anexo III	26
Anexo IV	29



Palavras iniciais

Se o homem vivesse em plena harmonia com a realidade, ou absolutamente conciliado com seu presente, não sentiria a necessidade de negá-los idealmente nem de configurar em sua consciência uma realidade ainda inexistente. Pelo fato de propor-se objetivos, o homem nega uma realidade efetiva, e afirma outra que não existe.

Sánchez Vázquez

I – Introdução

O presente documento trata das diretrizes, ações e processo de criação e implementação do **CENTRO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DA ESCOLA BÁSICA – UNIFESP – CAMPUS DIADEMA**. Esse projeto integra-se ao Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Ministério da Educação para dar sustentação às ações de formação inicial e continuada de educadores da e para a escola básica. Esse Centro tem como finalidade precípua a promoção da qualificação das ações dos educadores, o que poderá resultar em melhorias da qualidade do ensino e, por conseguinte, do aprendizado dos estudantes.

A formação inicial e continuada aqui empenhada, dar-se-á, nesse processo, por meio de diferenciadas ações mediadas, sobretudo, pela apreensão de saberes historicamente construídos. Nesse processo, o Centro de Formação de Educadores em uma vinculação orgânica com ações formativas desenvolvidas na Universidade, tem um papel relevante no fortalecimento dos projetos pedagógicos da comunidade educacional local, bem como na elaboração e apoio de propostas metodológicas de ensino-aprendizagem emergentes e inovadoras. O reconhecimento da profissionalidade dos sujeitos envolvidos, a valorização de suas experiências e a primazia pela relação dialógica, crítica e reflexiva são pressupostos metodológicos considerados como essenciais nas ações a serem praticadas pelo Centro.

O documento é uma versão elaborada por um grupo de professores do curso de Licenciatura em Ciências da UNIFESP – Campus Diadema que se identificaram como idealizadores da proposta de criação do Centro, que foi apresentada pelo Comitê Gestor do LIFE em reunião solicitada pelo Setor de Educação em Ciências de 02/10/2015 onde se registrou uma lista de professores que aderiram ao projeto - Anexo I.

O projeto teve por base diversos documentos norteadores oficiais, indicações da experiência e da pesquisa dos seus membros idealizadores, bem como as reflexões e experiências a partir do trabalho em andamento.

Encontra-se estruturado nos seguintes itens: Relevância da Temática Formação de Educadores/Professores tratados nos subitens: Aspectos Históricos/Profissionais da Formação de Educadores/Professores, Aspectos da Política Educacional Atual da e para a Formação de Educadores, Aspectos da Formação de Professores no PDI da UNIFESP; Missão do Centro de Formação de Educadores da Escola Básica; Objetivos Gerais; Objetivos Específicos; Ações a serem realizadas para alcançar os objetivos propostos; Metodologias das ações a serem realizadas para atingirmos os objetivos; Ações desenvolvidas até a atualidade; Da Organização Acadêmica e Administrativa e Levantamento de Necessidades.

II - Relevância da Temática Formação de Educadores/Professores

- **Aspectos Históricos da Formação e dos Processos de Profissionalização dos Professores**

Os cursos de licenciatura e pedagogia que formam professores para a educação básica no Brasil foram instituídos nos anos 1930 sob a égide da visão cientificista do século XIX, que fragmenta a ciência. Com a progressiva ampliação do acesso à escolarização básica, que começou a ocorrer no país na mesma década, a necessidade de formar mão de obra para educar a população cresceu. Os professores para o até então chamado período primário eram tradicionalmente formados em nível médio pelas Escolas Normais, mas havia uma carência de professores para lecionar no ensino secundário. Com

isso, aos cursos de bacharelado já existentes, agregaram-se um ano de disciplinas de educação, um adendo, cujo modelo persiste até hoje nas representações das faculdades e universidades que formam os professores nas licenciaturas.

Na pedagogia, após a promulgação da LDB 9.394/96, a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental passou a acontecer em nível superior. O curso que até então formava tanto o pedagogo, o planejador, o pesquisador, o supervisor escolar e também professores para as Escolas Normais passou a assumir a identidade de formar o professor alfabetizador. Ocorre que o Ministério da Educação não definiu diretrizes claras para esse período de transição e a demanda de formação foi rapidamente absorvida pela rede privada que abriu inúmeras vagas sem ajustar adequadamente seus currículos aos novos desafios impostos. Além disso, a formação desses profissionais é marcada tanto por conflitos de interesses quanto de perspectivas. Embora seja preciso formar o professor alfabetizador, muitas universidades não estão preparadas para isso porque boa parte dos formadores que trabalham nesses cursos não é capacitada para essa importante tarefa. Gatti (2014) citando estudos que analisaram os currículos dos cursos de pedagogia afirma que “pouquíssimos currículos contemplam a educação infantil. E quando contemplam, é uma formação em História da Infância, História da Criança – que também é muito importante, mas não tem nada sobre como trabalhar com as crianças na pré-escola e nas creches no dia a dia” (p. 253). Ou seja, em um momento crucial da vida, em que as crianças precisam receber estimulações para um adequado desenvolvimento cognitivo e socioemocional - e em que a formação de professores deveria ser a mais forte possível dada sua extrema relevância -, o país não dispõe da estrutura necessária em suas universidades para cumprir esta tarefa com excelência.

Nas licenciaturas problemas semelhantes estão presentes, destacando-se a existência de modelos opostos e fragmentados de formação: de um lado vigora o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos em que a formação do professor se esgota na cultura geral e no domínio específico de conteúdo da área de conhecimento correspondente à disciplina que será lecionada. Do outro lado está o modelo pedagógico-didático onde a formação do professor só se completa com o efetivo preparo que garanta a eficácia qualitativa da ação docente (Saviani, 2009). O autor destaca a urgente necessidade de

superação dessa dissociação tendo em vista que ambos os modelos são imprescindíveis à atividade docente.

A concepção “quem sabe, sabe ensinar” constitui fator importante a ser superado dentre os históricos problemas que compõem a formação de professores. Isso porque tal premissa não é verdadeira quando se trata da profissão de professor tendo em vista que o que a caracteriza é a capacidade de tornar um determinado saber acessível ao outro de forma motivadora, sequencial e com sentido (Gatti, 2014). Para fazer isso, o professor deve mobilizar uma série de competências que lhe permitam saber, além do conteúdo, o *como se ensina*, a *quem se ensina* e *onde se ensina* (Garcia, 2009). Assim, entendemos conforme aponta Shulman (2004), que o conhecimento de uma área específica é diferente do conhecimento para o ensino porque este último tem um caráter interdisciplinar que implica associar conteúdos e perspectivas pedagógicas. Essa associação envolve saberes de áreas a fim, assim como de áreas de interfaces. É interessante observar que, embora hoje a profissão docente seja uma das mais desvalorizadas socialmente, é também aquela cuja formação impõe características tão complexas face às demandas de seu exercício diário e o papel social que possui.

O problema da formação de professores torna-se ainda mais complicado quando as instituições formadoras desses profissionais - que são cotidianamente requisitados ao trabalho interdisciplinar para dar conta de atuar junto a crianças, adolescentes e jovens -, recebem uma formação totalmente disciplinar.

Isso acontece, segundo Kawamura (2013) porque:

Os docentes universitários têm, em geral, dificuldades em perceber essas diferenças, não só pelas suas práticas, nem só pelas concepções intrínsecas do modelo de racionalidade técnica, mas, sobretudo, pelas vivências que tiveram. Sua formação os faz acreditar que a seleção de conteúdos e abordagens na formação superior que tiveram é a única possível (...) com isso pretende-se deixar claro que por trás de resistências à mudança há mais do que menosprezo ou desconsideração pela licenciatura. Há convicções sim, convicções fundadas em vivências, convicções fortes e difíceis de serem enfrentadas, ainda que seja feito o

esforço de explicitação de suas raízes, porque a racionalidade é insuficiente nesses casos (KAWAMURA, 2013, p. 54).

Todos esses fatores, atuando em conjunto, acabam por desenhar um atual cenário em que a questão da formação para a docência é desprestigiada. Isso se observa no âmbito social de modo geral, e nas universidades, em particular, que atribuem pouca importância e valor para esses cursos, como apontado em pesquisa de Diniz-Pereira (2011).

Naturalmente os problemas existentes no âmbito da formação inicial repercutem no exercício profissional afetando a carreira dos professores. A legitimação da profissão docente é questionada por autores que alegam faltar aos professores um estatuto profissional e um corpo teórico de conhecimentos que delimite com clareza qual é seu saber próprio. Seria esse saber de ordem teórica, técnica ou ambas? A resposta para essa questão implica projetos de desenvolvimento profissional opostos e a área, não por acaso, não tem respondido firmemente a essas indagações. Representações sociais que apregoam ser necessário ao professor apenas um gosto apurado, paciência, amor e dedicação, para lidar com crianças, adolescentes, jovens e adultos também cooperam para sedimentar a desvalorização da profissão. Alinhados a essas representações somam-se baixos salários e precárias condições de trabalho que contribuem para afastar muitos candidatos da docência. Inúmeras pesquisas, dentre elas a de Diniz-Pereira (2011), sobre o perfil dos estudantes que procuram os cursos de licenciatura demonstraram que aqueles provêm de uma trajetória escolar e de uma origem sociocultural mais pobre que, recebendo uma formação aligeirada e incipiente, acabam por contribuir para perpetuar o ciclo do caos social e do fracasso educacional de milhares de estudantes.

Nesse cenário, atenção especial é dada aos processos de formação continuada que passam a ter por objetivo preencher lacunas deixadas pela formação inicial distanciando-se de sua função primordial que seria o aprofundamento e a inovação. Ocorre que nem sempre essas lacunas são, de fato, preenchidas em virtude do formato desses cursos que, por mostrarem-se excessivamente teóricos e descolados da realidade da escola, pouco sentido fazem aos professores que os frequentam (Pimenta, 1999).

Uma alternativa tanto à formação inicial quanto à continuada tem sido a educação à distância (EaD). Como a LDB 9.394/96 institucionalizou a EaD e exigiu a formação em

nível superior para os profissionais da educação básica, ela impulsionou a formação de professores nessa modalidade. Em 1999, foi criada a Universidade Virtual Pública do Brasil (UNIREDE), com ênfase na formação de professores da rede pública de ensino. Em 2005, foi criado o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio - Pró-Licenciatura (ALMEIDA, 2015).

Nos últimos anos, tem-se verificado a crescente oferta de cursos de licenciatura à distância, principalmente, na rede privada de ensino superior. Ao mesmo tempo, tem crescido a oferta de cursos de pós-graduação à distância e de complementação pedagógica para os profissionais que cursaram bacharelado no ensino superior. Avaliações destes cursos têm mostrado a utilização maciça do modelo de teleaulas sem espaço para inovações. Cursos em EaD são oferecidos para todo o país sem nenhuma adequação e repetem alguns problemas dos presenciais, devido a semelhança do projeto, apesar da diferença da modalidade de ensino. Por outro lado, alunos entrevistados de cursos de formação de professores à distância afirmaram que a modalidade propicia o desenvolvimento de autonomia, autodisciplina e de competências essenciais à docência (ALMEIDA, 2015).

É preciso deixar claro que os diversos impasses que até aqui abordamos estão presentes na agenda da área, são debatidos extensamente por renomados especialistas e estão registrados na literatura especializada. Mas, por qual razão não se avança e os problemas se repetem há tantas décadas? Oliveira (s.d) argumenta que em parte isso decorre do fato da educação brasileira ter tido, ao longo da história, muitas fases e significados:

Por vezes [a educação] serviu para cultivar as coisas do espírito, outras vezes, alimentou os interesses de ascensão da elite, depois foi “democratizada” para atender aos interesses do Capitalismo Industrial, e atualmente atende aos interesses de uma economia globalizada regulada pelo Mercado. (OLIVEIRA, s.d)

Assim, como em meio a essa rede de interesses está presente a figura do professor, fica mesmo difícil enxergá-la com a autonomia e o poder que lhe seriam devidos numa sociedade que se pretende desenvolvida.

A profissão docente tem passado por um processo de proletarização, ao longo da história da educação brasileira (...) A tendência à diminuição da autonomia profissional do professor é

reforçada pelas políticas públicas que tendem a separar os atores que planejam dos que executam; isto é, quem elabora os currículos e programas e quem os concretiza pedagogicamente. Tal fato vem desde a educação jesuítica ao transplantar uma cultura intelectual “alienada e alienante”. Junto a isso, mais recentemente, a qualidade do trabalho docente cede lugar à quantidade, devido à intensificação de tarefas administrativas que lhe são cobradas, perdendo-se assim competências coletivas importantes. (OLIVEIRA, s.d)

O centro de formação de professores que ora apresentamos nasce com o propósito de ser um lócus dentro da universidade destinado a contribuir para fortalecer uma cultura efetiva de formação desses profissionais dando identidade e força para essa área. A Unifesp, como uma universidade pública situada no maior estado da federação tem o importante papel de posicionar-se e dar respostas para essa demanda social tão relevante. Assim, ao reconhecer e priorizar a temática, a universidade pode atuar fomentando iniciativas que desenvolvam a formação inicial e continuada por meio de metodologias educacionais e pesquisas que envolvam os âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão. Para tanto, nesse momento, o centro propõe se envolver com a formação de professores nas áreas de ciências da natureza e matemática, respondendo às demandas sociais da educação da região de Diadema em consonância com as demandas nacionais.

- **Aspectos da Política Educacional atual da e para a formação de educadores.**

O sistema de ensino brasileiro é marcado por um conjunto, muitas vezes não articulado, de iniciativas e orientações que geram uma série de desdobramentos nos elementos componentes do ensino.

Especificando melhor a generalidade desta primeira afirmação, que pode servir para caracterizar boa parte dos assuntos referentes ao ensino em nosso país, a formação de professores, em especial, se faz com uma sobreposição histórica de medidas, orientações e políticas que não resistem ao diagnóstico de seus resultados: a suspeição quanto a qualidade do ensino e a falta de professores em diversas áreas, o que é mais visível nas disciplinas do campo das ciências naturais e matemáticas.

Não nos esqueçamos de que um importante elemento dessa condição do professor é a própria definição da sua profissão (a já clássica discussão sobre o bico, vocação ou profissão), mas como fazê-lo se as carreiras ainda não se sustentam em planos e estatutos consolidados e tampouco há respeito ao piso nacional da categoria? Sem se esquecer das condições do mercado de trabalho que geram distorções nítidas de qualificação e atratividade para a carreira.

Considerando todos estes condicionantes sociais, que se conjugam na construção histórica já apresentada em *Aspectos Históricos/Profissionais da Formação de Educadores /Professores* e os desafios políticos deles decorrentes; o desafio de pensar as demandas sociais para um centro de formação de professores só pode se expressar nas próprias condições objetivas de cada território (rede, ente federativo, sistema...).

Neste sentido, destacaremos aqui alguns elementos descritivos da demanda potencial de forma a contribuir com a iniciativa de construção de um centro de formação de professores para nossa região (Diadema, ABC, RMSP).

O município de Diadema e a conurbação formada com outros municípios representam os territórios mais populosos do país, o que denota uma grande concentração de unidades de ensino e, portanto, a maior concentração espacial de demanda potencial por profissionais da educação, seja na rede pública ou privada. O que, dadas às características urbanas da região, significa que uma iniciativa da natureza de um Centro de Formação de Educadores gera oferta especializada para um conjunto ampliado de potenciais demandantes.

Da mesma forma, também nessa região há um conjunto de instituições que oferta formação inicial e continuada de professores (universidades, faculdades e associações). Então, qual a relação oferta X demanda para a iniciativa?

De acordo com o Censo Escolar de 2014, o município de Diadema possuía 101.494 alunos matriculados desde a creche até o ensino profissional (sendo 58 mil no Ensino Fundamental, 20 mil no Ensino Médio e 6 mil na Educação de Jovens e Adultos).

As funções docentes no município (destacadas nos quadros abaixo, por sua formação) possuíam atividades em torno de 4 mil no mesmo Censo Escolar de 2014.

Dados retirados do DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO DE DIADEMA (Anexo II) preparado pela secretaria de educação do município para elaboração do Plano Municipal de Educação:

Rede	Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino									
	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Profissional	EJA	Educação Especial
	Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais				
Estadual	--	--	--	86,8	80	90,4	92,6	100	96,8	--
Municipal	93,7	92,9	95	94,4	94,4	--	--	--	97,1	100
Privada	54,2	54,9	56,5	83,7	77,1	92,2	96,6	94	--	97
Total	82,7	80,9	87	87,8	84,9	90,8	93,3	96,7	96,9	97,7

Fonte: Censo Escolar / INEP

Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona:

- Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.
- Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.
- Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.
- Grupo 4 - Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores.
- Grupo 5 - Docentes sem formação superior.

Rede	Ensino Fundamental														
	Total					Anos Iniciais					Anos Finais				
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Total	68,4	4,6	11,9	4,3	10,8	70,4	3,2	6,6	6,0	13,8	66,0	6,2	18,0	2,3	7,5
Estadual	65,1	5,8	14,0	4,9	10,2	60,7	4,6	6,8	10,9	17,0	67,3	6,3	17,6	1,9	6,9
Municipal	81,6	2,8	5,1	5,0	5,5	82,3	2,8	4,7	4,7	5,5	12,5	0,0	50,0	37,5	0,0
Privada	63,2	3,4	13,2	2,0	18,2	64,2	1,6	9,5	1,1	23,6	61,6	6,0	18,9	3,5	10,0

Fonte: Censo Escolar / INEP

Ensino Médio					
Rede	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Total	63,8	4,7	21,5	5,0	5,0
Estadual	63,9	4,3	21,6	5,0	5,2
Municipal	--	--	--	--	--
Privada	63,1	7,4	20,9	5,3	3,3

EJA										
Rede	Fundamental					Médio				
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Total	46,9	1,4	45,1	2,8	3,8	65,4	5,5	20,1	6,9	2,1
Estadual	60,7	0,0	18,0	6,6	14,7	65,4	5,5	20,1	6,9	2,1
Municipal	45,5	1,6	47,9	2,4	2,6	--	--	--	--	--
Privada	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Censo Escolar / INEP

Os dados demonstram que há ainda um longo caminho a ser percorrido no município de Diadema, para a formação inicial e continuada de seus profissionais docentes (há em torno de 10% de profissionais não formados em nível superior e 30% que lecionam em áreas que não tem especialidade).

Se no plano demográfico (características da população foco, que impactam a oferta e da demanda de formação docente) a necessidade de mais estrutura que possibilite a formação de professores é evidenciada, no campo da articulação político – pedagógica dos sistemas e redes, os desafios apresentados pelas diretrizes de formação de professores, em suas considerações, também devem pautar iniciativas desta natureza (Resolução CNE / CP 02/2015):

CONSIDERANDO a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação;

CONSIDERANDO a articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa;

CONSIDERANDO a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e

pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

CONSIDERANDO o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho;

CONSIDERANDO a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos de formação, devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida da/e na escola, bem como possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição;

CONSIDERANDO que a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

CONSIDERANDO a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho;

CONSIDERANDO o trabalho coletivo como dinâmica político-pedagógica que requer planejamento sistemático e integrado.

Tendo estas considerações no horizonte (desafios político-pedagógicos e atendimento a demanda social por formação de professores), a iniciativa de construção de um Centro de Formação de Educadores da Escola Básica – UNIFESP - Campus Diadema, estará inserida em uma realidade de reordenamento da política educacional de formação de

professores. Ainda que, se de um lado, está marcado pelas disputas de diferentes perspectivas e ações, tem nesta proposta a fortaleza de começar pelo elemento organizador mais importante e, certamente, a maior ausência das iniciativas até o momento não consolidadas, a saber: a construção coletiva do processo de formação inicial e continuada de professores, de modo a articular os centros formadores aos profissionais em exercício.

- **Aspectos da Formação de Professores no PDI da UNIFESP**

Um dos desafios da UNIFESP-Diadema para os próximos anos de vigência do PDI 2016-2020 é perceber a singularidade de cada contexto no modelo de universidade *multicampi* e os fatores que dificultam ou facilitam o avanço da instituição. Assim, o CEFE (Centro de Formação de Educadores da Escola Básica) - Diadema pretende fomentar as iniciativas locais de formação de educadores em articulação com as políticas emanadas pelo COMFOR (Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica) da UNIFESP.

Importa referir que o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) da UNIFESP-Diadema que está em construção, complementarará o PDI e reunirá um conjunto de diretrizes pedagógicas que orientarão as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na instituição, a saber: i) qualidade do ensino; ii) qualidade do profissional que ensina; iii) qualidade da formação do estudante egresso inserido em seu campo profissional.

A Unifesp-Diadema assumiu diversos programas e ações desencadeados pela Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica desde 2009, referidas no PDI 2011-2015 e PDI 2016-2020, tendo utilizado o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) como infraestrutura que justificam a criação do CEFE – Diadema.

Para finalizar, o CEFE-Diadema justifica-se no PDI 2016-2020 ao estar em concordância com o desafio de extrapolar a indução das demandas, atendendo às políticas de formação de professores para a Educação básica tanto no contexto interno à

universidade quanto a participação institucional no contexto das políticas nacionais, estaduais e municipais.

III - Missão do Centro de Formação de Educadores da Escola Básica

Contribuir com a construção de uma Cultura de Formação de Educadores da e para a Escola Básica no Campus de Diadema, promovendo o desenvolvimento da formação inicial e continuada de educadores da escola básica em suas dimensões filosóficas, educacionais, culturais, sociais e profissionais por meio de metodologias educacionais/pesquisas que abranjam o ensino, a extensão e a pesquisa, em conformidade com as políticas educacionais da UNIFESP.

IV - Objetivos Gerais

- Promover a qualificação das ações dos educadores da escola básica na busca do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- Emanar propostas de políticas públicas educacionais do ensino básico referente à formação inicial e continuada de educadores;
- Ser um polo articulador das teorias educacionais e das práticas educadoras que respondam a demandas da dimensão social da educação da região de Diadema referentes à escola básica em consonância com as demandas educacionais nacionais; e
- Dinamizar, promover e buscar a institucionalização de ações educativas que evidenciem a importância da educação básica para o País e para a educação superior no Campus de Diadema.

V -Objetivos Específicos

- Criar um lócus que permita autonomia acadêmica/administrativa para criar e desenvolver ações pedagógicas em prol da Formação de Educadores para a escola básica no Campus de Diadema;
- Fortalecer a participação política ativa e efetiva dos envolvidos em Formação de Educadores da e para Escola Básica nas decisões do Campus de Diadema e da Instituição;
- Promover, realizar e viabilizar iniciativas relacionadas à Formação de Educadores da Escola Básica em parceria com a comunidade educacional local, principalmente no que se refere às áreas de matemática e ciências da natureza;
- Promover e participar do debate educacional sobre a formação de educadores nos âmbitos municipal, estadual e Federal;
- Elaborar e apoiar propostas metodológicas de ensino-aprendizagem emergentes, como: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) ou TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) ou propostas inovadoras teoricamente fundamentadas nas dimensões explicitadas na missão;
- Elaborar e apoiar propostas de formação inicial e continuada de educadores que abordem a profissionalidade do ser professor;
- Elaborar e apoiar propostas teóricas que contribuam com o entendimento da construção do conhecimento nas diversas abordagens;
- Apoiar e desenvolver pesquisas da e para a formação de educadores que contribuam com a consolidação do CEFE e da área no Campus; e
- Zelar pelo patrimônio do CEFE.

VI – Ações a serem realizadas para alcançar os objetivos propostos

- Promoção, realização e/ou viabilização, dentro das possibilidades do CEFE, de: cursos, programas e eventos com finalidades direcionadas à formação de educadores da escola básica em parceria com as Câmaras de Extensão, de Graduação e de Pós-Graduação;
- Viabilização dentro das possibilidades do CEFE, de desenvolvimento de projetos autônomos de pesquisa, se financiados com contrapartida, se não financiados sem contrapartida, obrigatoriamente cadastrados na UNIFESP, que visem o desenvolvimento da formação de educadores da e para a escola básica;
- Viabilização, dentro das possibilidades do CEFE, de desenvolvimento de projetos institucionais referentes à formação de educadores da e para a escola básica;
- Criação de um acervo de livros específicos da e para formação de educadores da e para a escola básica e zelar para que ele se torne uma referência para a comunidade de Educadores da Escola Básica de Diadema e da comunidade acadêmica;
- Criação de uma revista cuja política editorial vise a Formação de Educadores da e para a Escola Básica;
- Criação de uma plataforma online contendo site do CEFE e site do LIFE e demais estruturas e links com projetos a fins e zelar pela divulgação da produção bibliográfica dos projetos e ações viabilizadas pelo CEFE via online gerenciando a plataforma; e
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa (institucionais ou não) que favoreçam a construção de uma Cultura de Formação de Educadores da e para a Escola Básica, no Campus de Diadema e que contribuam com a consolidação do CEFE, e da temática no Campus e na UNIFESP.

VII – Metodologias das ações a serem realizadas para atingirmos os objetivos

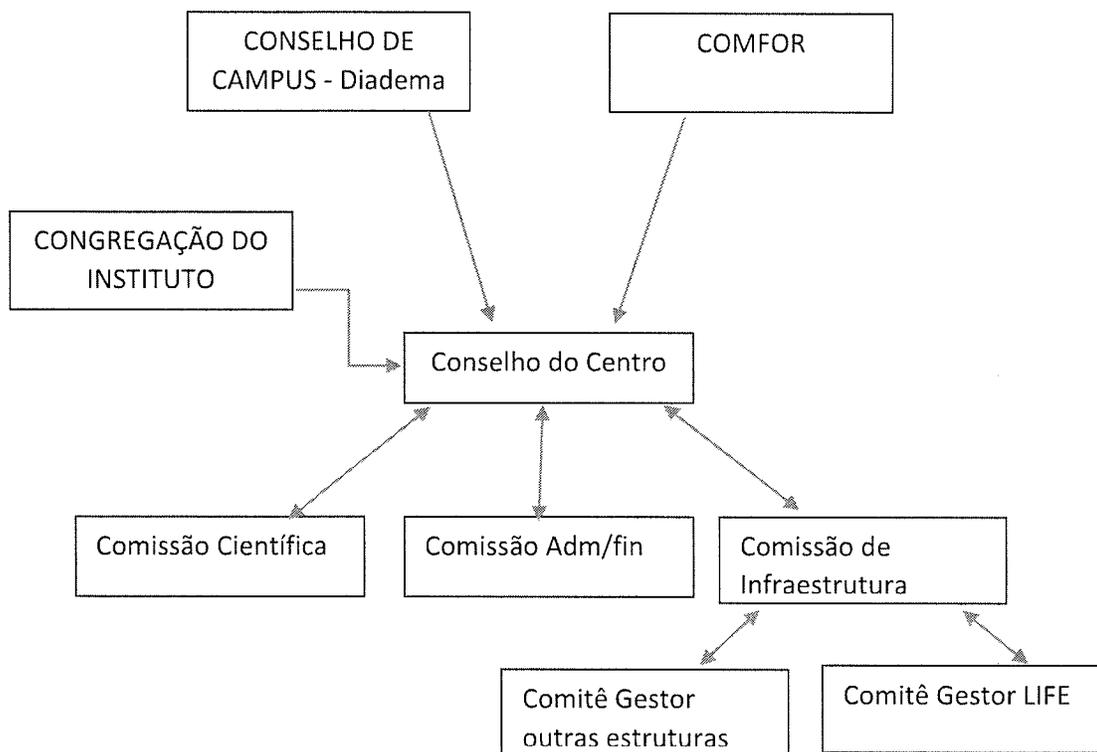
Como dito anteriormente, o atual contexto social brasileiro está marcado pela pouca valorização da carreira do magistério (GATTI, 2009). Assim, a metodologia das ações a serem realizadas é o próprio reconhecimento do profissional e a sua valorização, dando voz aos educadores em formação e considerando suas práticas profissionais e experiências de vida como ponto de partida, marcando o seu papel de sujeito autônomo em um processo de ensino e aprendizagem dialógico, crítico, reflexivo e científico. Neste sentido, algumas das estratégias que podem ser utilizadas, na busca pelo alcance dos objetivos do CEFE são: encontros periódicos; estabelecimento de parcerias; estudos autônomos; debates; dinâmicas de grupo; organização de eventos científicos; realização de pesquisas participativas; estudos de casos; realização de projetos de extensão; utilização de um ambiente virtual de aprendizagem; oferecimento de cursos à distância; oferecimento de cursos de aprofundamento pedagógico; realização de vídeo-conferências; divulgação de práticas profissionais diferenciadas em site próprio do CEFE e em revistas científicas; e outras.

VIII - Ações desenvolvidas até a atualidade

Alguns exemplos: **ANEXO III**

IX - Da organização acadêmica e administrativa

Organograma do CEFE de Formação de Educadores da Escola Básica – Diadema



Da Natureza e Composição do CEFE

- O CEFE é uma instância acadêmica administrativa que responde administrativa e financeiramente à Diretoria Acadêmica do Campus, e academicamente ao COMFOR, de acordo com PONAFOR – Decreto 6755 e Portaria Ministerial nº. 1105 de 8 de novembro de 2013 - COMFOR – UNIFESP.

Parágrafo único: Após a criação do CEFE será elaborado um regimento juntamente com a Diretoria do Campus para regular os tramites administrativos/financeiros, a serem aprovados em Assembleia do Conselho do Campus (atualmente em conjunto com a Congregação do Instituto).

- O CEFE será conduzido por um *conselho* assessorado por uma *comissão científica*, por uma *comissão administrativa/financeira* e pela *comissão de infraestrutura*;
- O CEFE será gerido por uma política administrativa participativa e orientada pelos objetivos a serem cumpridos e definidos em sua instância máxima, o *Conselho do CEFE*, cujo regimento será aprovado na Congregação/Conselho do Campus;
- O Conselho será composto por 1 representante dos coordenadores de projetos vinculados ao CEFE no momento da tomada de posse, pela coordenação da *comissão científica*, pela coordenação da *comissão administrativa financeira*, pela *Coordenação da comissão de Infraestrutura* e por um representante das licenciaturas existentes no Campus; e
- O Conselho terá um presidente e um vice-presidente.

Parágrafo 1: O presidente e o vice-presidente terão um mandato de 2 anos. Os cargos poderão ser reconduzidos por uma vez desde que em conformidade com os demais itens deste documento.

Parágrafo 2: O presidente e o vice-presidente serão eleitos pelos membros do Conselho do CEFE em votação aberta em reunião de votação/eleição do Conselho do CEFE. A eleição será homologada pela Congregação do Instituto.

Parágrafo 3. A substituição dos membros do Conselho será feita de forma alternada, de modo que sempre dois de seus membros antigos permaneçam no Conselho. A substituição deverá ser realizada por edital próprio. No caso de um número de candidatos que exceda o número de vagas, realizar-se-á uma eleição por votação. Terão direito a votos os usuários do CEFE.

Parágrafo 4. Da primeira composição do Conselho do CEFE e de suas comissões participarão seus fundadores. Havendo necessidade de preenchimento de vagas, os colaboradores, declarados em reunião do Setor de Educação em Ciências 02/10/2016 (documento em anexo I), serão convidados.

Das funções do Conselho do CEFE

- Zelar pelo CEFE, pelas suas instâncias acadêmicas e administrativas e pelo seu patrimônio;
- Divulgar as atividades e produções do CEFE por meio de participação em eventos acadêmicos, publicações e plataforma online;
- Criar critérios para o estabelecimento de vínculos e parcerias do CEFE que serão homologados pela Congregação/Conselho do Instituto e executados pelo CEFE;
- Definir a composição da Comissão Científica do CEFE;
- Definir uma política de uso do LIFE¹ e de outras estruturas;
- Gerenciar (deferir ou indeferir) as solicitações de uso do LIFE;
- Apoiar as Comissões em suas funções;
- Criar a revista e possibilitar sua execução;
- Criar a plataforma online e possibilitar sua execução;
- Criar o acervo didático e possibilitar sua execução;
- Desenvolver projetos de pesquisa (institucionais ou não) que favoreçam a construção de uma Cultura de Formação de Educadores da e para a Escola Básica;
- Deferir ou indeferir as deliberações de suas comissões;
- Criar comitês ou novas comissões sempre que necessárias; e
- Reunir-se no mínimo quatro vezes ao ano para definir metas e acompanhar a execução das ações.

Da Composição e Funções da Comissão Científica do CEFE

- Ela será composta por três professores da UNIFESP e dois externos que desenvolvam projetos com aderência à Formação de Educadores da e na escola básica;

¹ LIFE – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Polo Diadema, cuja criação e implantação têm vínculos com o Programa da CAPES disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/life>.

- Criar os critérios de avaliação dos projetos para a utilização do LIFE e de outras estruturas;
- Prestar serviço ad hoc avaliando projetos solicitantes do uso do LIFE e de outras estruturas, assim como também, indicar ad hoc em casos específicos;
- Prestar assessoria ao Conselho nas questões relativas a qualidade acadêmica das ações geradas no CEFE;
- Reunir-se no mínimo quatro vezes ao ano.

Da Composição e Funções da Comissão Administrativa financeira

Parágrafo único: A composição e funções dessa comissão serão definidas em regimento próprio a ser definido junto com a Direção do Campus após a criação do CEFE.

Da Composição e Funções da Comissão de Infraestrutura

Parágrafos1: A Comissão de Infraestrutura será composta pelos coordenadores dos Comitês Gestores do LIFE e das demais estruturas que vierem a ser vinculadas ao CEFE.

Parágrafo 2) É função da Comissão de infraestrutura gerenciar (dar parecer na ordem de chegada) as solicitações de uso do LIFE e das demais estruturas que vierem a ser implantadas.

▪ Do Regimento do LIFE

Informações em Anexo IV

X - Levantamento de Necessidades do CEFE

1. Dos Recursos Humanos

Há necessidade de um técnico TI exclusivo e um Técnico Administrativo para atender o CEFE em toda sua estrutura organizacional.

PLANO DE ATENDIMENTO DOS RECURSO HUMANOS			
Técnico TI	Técnico Administrativo	Serviços Prestados	
		Comunidade Acadêmica	À Comunidade em Geral de Educadores
UM	UM	1) Serviços interno de gestão do CEFE e do LIFE	
		2) Secretariar as comissões do CEFE	
		3) Sala de Estudos/fluxo diário	Sala de Estudos/fluxo diário
		4) Apoio à formação inicial de professores - curso de graduação	
		5) Apoio à projetos de pesquisa vinculados ao CEFE	
		6) Programas e projetos de extensão vinculados ao CEFE – abrir novas inscrições.	Programas e projetos de extensão vinculados ao CEFE – abrir novas inscrições.
		7) Apoio aos projetos institucionais	Apoio aos projetos institucionais
		8) Apoio a atividades novas	Apoio a atividades novas

2) Do Recurso Tecnológico

2.1) Implantação do oficinas nos computadores do LIFE (já foi apresentada uma solução à Direção, ainda em estudo)

2.2) Necessidades de expansão dos recursos tecnológicos para atender à Fórum e EAD (local)

Considerando os equipamentos que já pertencem ao patrimônio do LIFE será necessário:

- Desktops fornecidos pela UNIFESP
- Servidor exclusivo do LIFE
- Televisão e assinatura de TV a cabo
- Equipamento de som

- Gravadores de som
- Filmadoras
- Microfones
- Máquinas fotográficas
- Data show portátil
- Moodle disponível para o LIFE
- Sala no Adobe Connect

2.3) Necessidade para implantação do Atelier de fotografia e filmagem

- Tripé;
- Flash TTL;
- Licença para os softwares Photoshop, Premier e After Effects;
- Suporte para fundo infinito;
- Rolo de papel e TNT para fundo infinito;
- Gravador Zoom H4 ou superior;
- Microfones de lapela.

3) Dos Recursos Administrativos de outros setores

3.1) Serviços do TI (manutenção e reposição)

3.2) Serviço de Manutenção e Reposição do mobiliário e equipamentos.

3.3) Serviço do Setor de Patrimônio

4.) Dos Recursos Materiais

4.1) material de escritório/organizacionais

4.2) material para gravação (memórias e outros)

XI – Equipe da Primeira Gestão

Equipe da Primeira Gestão do CEFE – 2016 - 2018	
Instância Organizacional	Responsável
Conselho do CEFE	Presidente: Profa. Dra. Verilda Speridião Kluth
	Membros:
	Profa. Dra. Itale Cericato
	Prof. Dr. Sérgio Stoco
	Profa. Dra. Eliane de Souza Cruz
	Profa. Dra. Marilena Rosalen
Comissão Científica	Coordenação: Profa. Dra. Itale Cericato
	Membros:
	Prof. Dra. Silvana Zajac
	Prof. Dr. Flaminio Rangel de Oliveira
Comissão de Adm/financeira	Coordenação: Prof. Dr. Sérgio Stoco
	Coordenação: Profa. Dra. Eliane de Souza Cruz
Comissão Infraestrutura/Comitê Gestor do LIFE	Membros:
	Prof. Dra. André Amaral Gonçalves Bianco
	Profa, Dra. Verilda Speridião Kluth

Referências Bibliográficas

GATTI, B. *Atratividade da carreira docente no Brasil*. Relatório preliminar. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2009.

ALMEIDA, M. E. B. *Formação de professores a distância: avaliação e perspectiva*. 37. Reunião Nacional ANPEd. Florianópolis: ANPEd, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-de-Maria-Elizabeth-Bianconcini-de-Almeida-para-o-GT08.pdf> . Acesso em: 07 abr. 2016.

DINIZ-PEREIRA, Julio. E. *O ovo ou a galinha: a crise da profissão docente e a aparente falta de perspectiva para a educação brasileira*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 92, n. 230, p. 34-51, jan./abr. 2011. Disponível em:

<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1772/1380>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GARCIA, Carlos Marcelo. *A identidade docente: constantes e desafios*. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 1, n. 1, ago./dez. 2009. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/sumario/exibir/1>. Acesso em: 20/4/ 2010.

GATTI, Bernardete A. *O que se percebe é que a questão da docência é sempre relegada como se fosse algo menor*. Cadernos Cenpec, São Paulo, v.4, n.2, p.248-275, dez. 2014. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/297/283>. Acesso em 4 janeiro 2016.

KAWAMURA, Maria R. D. *Formação inicial de professores nas áreas de exatas: desafios para as questões de sempre*. In: SILVA, J. A; KLUTH, V. S. (Org). Aproximações e distanciamentos no ensino de ciências e matemática: questões de identidade da área no âmbito filosófico e institucional. São Paulo: Porto de ideias, 2013.

OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite de. (s.d) *Profissionalização docente*. Disponível em: www.meuartigo.brasilescola.com/educacao/a-profissionalizacao-docente.htm. Acesso em: 28/4/2010.

PIMENTA, Selma. G. (Org.) *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, abr. 2009. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30/4/2010.

SHULMAN, Lee. S. *The wisdom of practice: essays on teaching, learning and learning to teach*. San Francisco, CA: The Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, Jossey Bass, 2004.

ANEXO I

Idealizadores/Fundadores 9 professores	Colaboradores 6 professores	Apoio à iniciativa 13 professores
Profa. Dra. Itale Cericato Profa. Dra. Eliane de Souza Cruz Prof. Dr. Flaminio Rangel de Oliveira Profa. Dra. Maria Nizete de Azevedo Profa. Dra. Marilena Rosalen Profa. Dra. Paola Andrea G. Kassama Prof. Dr. Sérgio Stoco Profa. Dra. Silvana Zajac Profa. Dra. Verilda Speridião Kluth	Prof. Dr. André Bianco Prof. Dr. Ana Maria S. Gouw Profa. Dra. Lígia A. Azzalis Profa. Dra. Luciane de F. Bertini Profa. Dra. Patricia R. Linardi	Prof. Dra. Ana Valéria S. Lourenço Profa. Dra. Cibele Bragagnolo Profa. Dra. Elisângela Vinhato Prof. Dr. Fabio S. R. Amaral Prof. Dr. Guilherme Brockinuton Prof. Dr. Helio Ebel Bonini Viana Profa. Dra. Helga Gabriela Aleme Profa. Dra. Maria Beatriz R. Caruzo Prof. Dr. Renato Barboza Prof. Dr. Ronaldo S. Levenhagen Profa. Dra. Roseli Kunzel Profa. Dra. Simone A. A. Martorano Profa. Dra. Thaís C. M. Forato

ANEXO II

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO DE DIADEMA, em anexo no e-mail.

ANEXO III

VI - Ações desenvolvidas até a atualidade

Alguns exemplos:

1) Desenvolvimento de Projetos Institucionais

1.1) PIBID

2012 - 2014 – 5 subprojetos - Biologia - Didática- Física- Matemática e Química – 30 bolsistas

2014 – 2018 – 5 subprojetos - Biologia - Ciências- Física- Matemática e Química – 60 bolsistas (sujeito a alterações segundo orientações da CAPES e Prograd)

Produção Bibliográfica

KLUTH, V. S. e SAVANACHI, C. S e CARDEIRA, F. A. (2015) *Matemática e Música: Uma proposta Educacional*. In Educação Matemática em Revista n. 44, março. SBEM.

MARTORANO, S.A.A.; FORATO, T.C.M.. Análise de uma abordagem histórica do tema cinética química para a formação continuada de professores. In Thiago Henrique Barnabé Corrêa et all (Orgs). *O Ensino de Química em Diálogo - La enseñanza de la química en diálogo*. ReLAPEQ. Curitiba, Pr: EDITORA CRV, 2015. Pp 91-116. ISBN: 978-85-444-0537-6.

1.2) PRODOCÊNCIA

2011- 2013 - Participação de professores que ministram aula na Licenciatura em Ciências

2014 - 2015 - Participação de professores que ministram aula na Licenciatura em Ciências e Coordenação Adjunta exercida por uma professora de Diadema.

Produção Bibliográfica:

KLUTH, V. S. e SILVA, J. A. da. (2013) *Caderno de Licenciatura em Ciências – São Paulo: Porto de ideias 2013*

1.3) LIFE - 2012-2014 – Aprovado em primeiro lugar junto as melhores IES do País.

Produção Bibliográfica:

FILHO, C. A. T D. e KLUTH, V. S. (2015) *SOFTWARES LIVRES SOBRE FUNÇÕES MATEMÁTICAS: ALGUMAS POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS*. IN Anais do XII – Encontro Gaúcho de Educação Matemática – Inovar a prática valorizando o Professor – de 10 16 setembro.

2) Suporte à Licenciatura em Ciências

- Sala ambiente para a condução de Ucs – Prática de Ensino (em torno de 11UCs) ; Estágio Supervisionado (11 UCs); Introdução à Álgebra (1) e outros.
- Estação de Estágio Supervisionado.

3) Apoio a Grupos de Pesquisa Certificados pela UNIFESP na Plataforma Lattes

- HISTÓRIA, RECURSOS DIDÁTICOS, EDUCAÇÃO SÓCIO AMBIENTAL E NUTRICIONAL NO ENSINO DE QUÍMICA E DE CIÊNCIAS – **Prof. Dr. André Amaral Gonçalves Bianco**
- GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM PROCESSOS EDUCATIVOS E PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL – **Profa. Dra. Itale Luciane Cericato**
- HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA – **Profa. Dra. Thaís Cyrino de Mello Forato e outros.**
- GRUPO DE PESQUISA E ESTUDOS FILOSÓFICOS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E INTERFACES COM OUTRAS CIÊNCIAS. GPE-FEMIC – **Profa. Dra. Verilda speridião Kluth**

4) Projeto de ensino/extensão/gestão

Cursos em 2014

- INTRODUÇÃO À FOTOGRAFIA E VÍDEO DIGITAIS COM CÂMERAS DSLR: contando histórias com imagens e movimento – **Prof. Dr. André Amaral Gonçalves Bianco** (2014)
- *Grafmatica: funções matemáticas.* **KLUTH, V. S. e FILHO, C. A. T. D.** (2014)

5) Programa de extensão 2. ED. (2014- 2015)

- *Programa de formação Continuada de Professores de Ciências e Matemática: a prática docente em foco.* (2014-2015) Participantes: **Prof. Dr. Denilson Soares Cordeiro** (Filosofia/Educação Matemática), **Profa. Dra. Itale Cericato** (Psicologia), **Profa. Dra. Luciane de Fatima Bertini** (Matemática – Educação Matemática), **Profa. Dra. Patrícia Rosana Linardi** (Matemática-Educação Matemática), **Profa. Dra. Silvana Zajac**, **Profa. Dra. Verilda Speridião Kluth** (Matemática e Educação Matemática), **Prof. Dr. Wagner Marcelo Pommer** (Matemática-Educação Matemática), Aluno bolsista: **Emiliano Costa**

6) Projetos

- Formação continuada para professores de Biologia do ensino médio em estratégias de ensino-aprendizagem no município de Diadema/SP - **Profa. Lígia A. Azzalis**
- Promoção da saúde sexual nas escolas públicas de Diadema/SP Coordenação: **Profa. Lígia A. Azzalis.**
- Abordagens culturais e sociocientíficas na sala de aula: a história e a arte no caminho para a autonomia - **Profa. Dra. Thaís Cyrino de Mello Forato e outros.**
- *Projeto de BIG (2013) – Prof. Dr. Renato de Sá Teles* - Monitor Bolsista: **Defferson Rodrigues Martins das Neves**

7) Projetos de Pesquisa

- *O pensar que se inaugura ao se estar na presença de software educativo-matemático.* **Profa. Dra. Verilda Speridião Kluth** vinculado ao LIFE e ao Projeto *A compreensão e a produção da matemática ao se estar no ciberespaço e junto ao computador e outras mídias.* - UNESP – Rio Claro. (aprovado pelo CNPq – 2015 a 2019)
- *A história e a filosofia das ciências no ensino de ciências: implementando e avaliando propostas na formação inicial de professores* - Projeto Universal 2015/2017: processo no. 454165/2014-5 - Aprovado no CEP Unifesp, em 15/04/2015: no. 1.026.224 – **Profa. Dra. Thaís Cyrino de Mello Forato**

8) Sala de estudo com livros da área de Formação de Educadores

- Acervo acessível em: link: <http://www.zizhu.com.br/biblioteca/#>

ANEXO IV

Regulamento do LIFE

Discutido e aprovado em reunião de usuários em 26/02/2016

I- Da natureza do LIFE

O LIFE – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores é um espaço que congrega a execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados ao CEFE de Formação de Educadores da Escola básica. Portanto sua natureza condiz com a de um prestador de serviço.

II - Do Objetivo do LIFE

- a) Dar apoio, sempre que possível, aos projetos que atendem a missão do CEFE de Formação de Educadores da Escola Básica – Diadema, que forem aprovados por pareceristas da Comissão Científica do CEFE e deferidos pela Comissão de Infra-estrutura do CEFE.
- b) Gerenciar o uso do espaço físico, material didático e os equipamentos tecnológicos que estão sob a responsabilidade do CEFE.

Parágrafo único e transitório: Até a implantação e criação do CEFE pela Congregação do Campus ficam válidos os critérios de uso já utilizados que dependem da disponibilidade de horário, das possibilidades matérias do LIFE de atendimento e de recurso humano. Havendo excesso de demanda de uso num mesmo horário o responsável pelo horário de uso do LIFE convocará os usuários para uma reunião de acertos.

III - Da organização do LIFE

- a) O LIFE é gestado por um comitê gestor composto por três a quatro professores usuários do LIFE que tiverem atividades regulares no LIFE nos últimos seis meses, uma funcionária (ou estagiária) e um representante de alunos participante de projeto vinculado ao CEFE.
 - a.1) O comitê gestor do Life terá acento representativo na Comissão de infraestrutura do CEFE de Formação de Educadores da escola básica.
 - a.2) O comitê gestor terá um coordenador e um coordenador adjunto.
 - a.3) Os membros do Comitê Gestor terão um mandato de dois anos.
 - a.4) A substituição de seus membros será feita de forma alternada, de tal forma que sempre dois de seus membros antigos permaneçam no comitê. A substituição deverá ser realizada por edital próprio. No caso de um número de candidatos que exceda a número de vagas, realizar-se-á uma eleição por votação. Terão direito a votos os usuários do CEFE.
 - a.5) O coordenador e o coordenador adjunto serão eleitos pelos membros do Conselho do CEFE em votação aberta e em reunião de votação/eleição do Comitê gestor do LIFE A eleição será homologada pela Congregação do Instituto.
 - a.6) Da função dos membros do comitê gestor: zelar pelo patrimônio material locado no LIFE; zelar pela qualidade do atendimento ofertado pelo LIFE, gerenciar

as ações realizadas no LIFE, organizar a grade de ocupação do LIFE. Elaborar e alterar o regimento interno do LIFE, com aprovação no Conselho do CEFE.

IV- Fluxos de solicitações internas de uso do Life

I) Dos Projetos de Ensino

I-1. A demanda de solicitação de uso do espaço à UCs de Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos de Formação de Educadores da Graduação deverá vir da **Câmara de Graduação** do Campus semestralmente, salvo se as matrículas forem anuais. Através de preenchimento de formulário próprio do LIFE. O deferimento ficará sujeito a avaliação da natureza da solicitação, a disponibilidade de espaço, de infraestrutura e de recursos humanos.

I- 2- A solicitação de uso do local no LIFE para orientação para TCC dos Cursos de Formação de Educadores da Graduação deverá ser feita diretamente com a funcionária do LIFE ou via sistema (quando houver) . Através de preenchimento de formulário próprio do LIFE. O deferimento ficará sujeito a análise do projeto de TCC, a disponibilidade de espaço, de infraestrutura e de recursos humanos.

I. 3) A solicitação de uso do local para desenvolvimento de Projetos de Ensino de Curta duração, deverá ser feita pelo coordenador do projeto diretamente com a funcionária do LIFE ou via sistema (quando houver). Através do preenchimento de formulário próprio. O deferimento ficará sujeito a análise do projeto de ensino, se o projeto cita o atendimento do LIFE pre-comunicado ao Conselho do CEFE, da disponibilidade de espaço, de infraestrutura e de recursos humanos. No caso de financiamentos com possibilidades de doação de bens de capital, estes ficarão para o patrimônio do CEFE.

II) Dos Projetos de Pesquisa

II-1. A demanda de solicitação de uso do espaço para funcionamento de Programas de Pós-graduação de Formação de Educadores deverá vir da **Câmara de Pós-graduação e Pesquisa** do Campus. Mediante preenchimento de formulário próprio LIFE. O deferimento ficará sujeito a análise do projeto do programa, da disponibilidade de espaço, de infraestrutura e de recursos humanos.

II-2) A solicitação de uso do local no LIFE para Grupos de Estudos e Pesquisa deverá ser feita diretamente com a funcionária do LIFE ou via sistema (quando houver) . Através de preenchimento de formulário próprio. O deferimento ficará sujeito a análise da proposta do grupo, da disponibilidade de espaço, de infraestrutura e de recursos humanos.

II- 3) A solicitação de uso do local para desenvolvimento de Projetos de Pesquisa, financiados ou não, deverá ser feita pelo coordenador do projeto diretamente com a funcionária do LIFE ou via sistema (quando houver). Através do preenchimento de formulário próprio. O deferimento ficará sujeito a análise do projeto de pesquisa, se o projeto já cita o atendimento pré-aprovado do LIFE, da disponibilidade de

espaço, de infraestrutura e de recursos humanos. Em caso de financiamentos com possibilidades de doação de bens de capital, estes ficarão para o patrimônio do CEFE.

III) Dos Projetos de Extensão

III-1. A demanda de solicitação de uso do espaço para funcionamento de Programas, projetos, cursos e eventos de Extensão de Formação de Educadores deverá vir da **Câmara de Extensão** do Campus. Mediante de preenchimento de formulário próprio do LIFE. O deferimento ficará sujeito a análise do projeto do programa e da disponibilidade de espaço, de infraestrutura e de recursos humanos. Em caso de financiamentos com possibilidades de doação de bens de capital, estes ficarão para o patrimônio do CEFE

IV) Dos Projetos Institucionais

IV-1. A solicitação de uso local para desenvolvimento de Projetos Institucionais deverá ser feita pelo coordenador do Projeto(ou subprojeto) e o deferimento ficará sujeito a análise da natureza do projeto, se o projeto já cita o atendimento pré-aprovado do LIFE e da disponibilidade de espaço, de infraestrutura e de recursos humanos. No caso de financiamentos com possibilidades de doação de bens de capital, estes ficarão para o patrimônio do CEFE.

V- Dos Projetos de responsabilidade compartilhada

V-1. Projetos que envolvam convênios mais amplos com a sociedade e comunidade local serão discutidos caso a caso.

VI) Da Divulgação

VI – 1. Para divulgação do LIFE, as publicações originadas nos projetos desenvolvidos no LIFE deverão fazer referência a ele.

Apresentado em 02/06/2016 na Congregação do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêutica

Aprovado em

